

A POLÍTICA DE ESCALA COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Rogério Rego Miranda¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)
Marabá, PA, Brasil

Enviado em 21 abr. 2021 | Aceito em 8 out. 2022

Resumo: O artigo possui enquanto objetivo realizar uma reflexão em torno das escalas. Para esse propósito, primeiramente, faz-se uma diferenciação entre escala cartográfica, escala geográfica e política de escala. Em seguida, detém-se sobre as teorizações sobre a política de escala tendo como premissa as concepções da economia política e do pós-estruturalismo, que remetem a uma reflexão ontológica e epistemológica da escala. Por fim, o trabalho analisa as contribuições de Cox (1998), Brenner (2000; 2001) e Smith (2000, 2002, 2004) para compreender a escala enquanto produto social, dinâmico, mutável, multidimensional que apresenta uma face zonal, mas igualmente reticular, além de ser resultado e resultante de uma prática social e construção discursiva que viabiliza o exercício do poder, o qual não ocorre seguindo uma hierarquia tradicional e estática pautada na direção do global para o local, pois o último também pode interferir no primeiro. Assim, a política de escala é mobilizada tanto pelos agentes hegemônicos, quanto pelos movimentos sociais para potencializarem as suas lutas pelo/no território.

Palavras-Chave: Escala Cartográfica. Escala Geográfica. Política de Escala. Movimentos Sociais.

SCALE POLICY AS A TERRITORIAL STRATEGY FOR SOCIAL MOVEMENTS

Abstract: The article has as aims to make a reflection around the scale, for this purpose, first it make a difference between cartographic scale, geographic scale and scale policy. In then, it support on the theorizations about the policy of scale with the premise of the conceptions of the political economy and the post-structuralism, which it refer to an ontological and epistemological reflection of the scale. Finally, the paper analyzes the contributions of Cox (1998), Brenner (2000; 2001) and Smith (2000, 2002, 2004) to understanding the scale as a social, dynamic, changeable, multidimensional product that exhibits a zonal face but also reticular, in addition to being the result of a social practice and discursive construction that enables the exercise of power, which does not occur following a traditional and static hierarchy based in the direction of the global to the site, because the latter can also interfere in the first. Thus, the policy of scale is mobilized both by the hegemonic agents and by the social movements to potentialize their struggles for/in the territory.

Keywords: Cartographic scale. Geographic scale. Scale policy. Social movements.

LA POLÍTICA DE ESCALA COMO ESTRATEGIA TERRITORIAL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Resumen: El artículo tiene como objetivo realizar una reflexión sobre la escala, para este fin, en primer lugar, se hace una diferenciación entre escala cartográfica, escala geográfica y política de escala. Luego, se revisa las teorías sobre la política de escala teniendo como premisa los conceptos de la economía política y del posestructuralismo, que remiten a una reflexión ontológica y epistemológica de la escala. Finalmente, el trabajo analiza las contribuciones de Cox (1998), Brenner (2000; 2001) y Smith (2000, 2002, 2004), para comprender como producto social, dinámico, mutable, multidimensional que presenta una cara zonal, pero también reticular, además de ser resultado y resultante de una práctica social y construcción discursiva que viabiliza el ejercicio del poder, el cual no ocurre siguiendo una jerarquía tradicional y estática pautada en la dirección de lo global hacia el local, pues el último también puede interferir en el primero. Así, la política de escala es movilizada tanto por los agentes hegemónicos, como por los movimientos sociales para potenciar sus luchas por el / en el territorio.

Palabras clave: Escala cartográfica; Escala geográfica; Política de escala; Movimientos sociales.

1. Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e coordenador do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará (Lerassp). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6309-7653>. E-mail: rogeriomir@unifesspa.edu.br

Introdução

A escala vem se tornando um conceito bastante discutido entre cientistas sociais, economistas e geógrafos, especialmente a partir dos anos 2000, com destaque a uma literatura anglo-saxã, na qual se encontra uma preocupação acerca da teorização da política de escala (ver Grandi, 2014; Herod, 2011; Mackinnon, 2010; Souza, 2013).

A partir disso, o artigo tem como objetivo discutir contribuições teórico-metodológicas sobre a política de escala. Para esse fim, realiza-se primeiramente uma diferenciação entre escala cartográfica, escala geográfica e política de escala. Em seguida, discute-se sobre as teorizações que refletem a política de escala tendo como premissas as concepções da economia política e do pós-estruturalismo, que remetem à uma reflexão ontológica e epistemológica da escala que apoia-se nos trabalhos de Mackinnon (2010), Grandi (2014), Brenner (2001) e Moore (2008).

Por fim, o trabalho analisa as contribuições de Cox (1998), Brenner (2000; 2001) e Smith (2000, 2002, 2004) para debater a escala enquanto produto social, dinâmico, mutável, multidimensional que apresenta uma face zonal, mas igualmente reticular,² além de ser resultado e resultante de uma prática social e construção discursiva que viabiliza o exercício do poder, o qual não se realiza seguindo uma hierarquia tradicional e estática pautada na direção do global para o local, pois o último também pode interferir no primeiro.

Essa reflexão tem por intenção compreender que a política de escala, por apresentar essas características elencadas acima, é de fundamental importância para acumulação ampliada de capital, ou seja, é bastante mobilizada pelos agentes econômicos-políticos hegemônicos, bem como é condição e meio para a organização das lutas empreendidas pelos movimentos sociais pelos/nos territórios, elementos que serão melhor trabalhados ao longo do texto, especialmente à luz de autores importantes, como Brenner (2000; 2001), Cox (1998), Smith (1988; 2000; 2002; 2004) e outros.

Debate sobre a escala geográfica

Com relação à escala, vários autores vêm discutindo a importância de se diferenciar a *escala cartográfica* da *escala geográfica*. Para Raffestin *et al.* (1983), a escala cartográfica, por um lado, trabalha com uma base geométrico-matemático de relações cartesianas de proporcionalidade, em que quanto menor a escala maior é a representação da superfície terrestre, ao passo que quanto maior a escala o nível de detalhamento é mais elevado em relação a uma área restrita do território. A escala geográfica, por outro, se refere às relações sociais que produzem o espaço, não é um dado *a priori*, natural e a-histórico.

Melazzo e Cloves (2007) fazem uma reflexão importante sobre a escala, debatendo-a como *noção, conceito e teoria*. Enquanto noção (ideia trabalhada por diferentes matrizes científicas), a escala se apresenta como uma representação métrica do mapa, cujo uso seria dado pelos objetivos do pesquisador. Em seu aspecto conceitual, ela revela a relação social, objetivando analisar a natureza qualitativa dos fenômenos, que podem sofrer variação de acordo com a escala geográfica.

² Essa proposta vai ao encontro de trabalhos importantes já elaborados sobre a temática no Brasil, a exemplo de Grandi (2014) e Neto (2017).

Por fim, na sua acepção teórica, a escala é compreendida à luz da teoria do desenvolvimento desigual. Assim, ela é o produto do capital, refere-se a espaços de materialização e negação de seus movimentos internos. Corresponde às diferenciações geográficas resultantes e necessárias à superação, ainda que momentânea, das contradições do capital, mas também revela as arenas de disputa política (MELAZZO; CLOVES, 2007), conforme afirma Smith (1988).

Essa perspectiva é coadunada por Harvey (2004), ao propor uma análise da realidade contemporânea a partir do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual(is), na qual observa a dimensão espacial da acumulação do capital, visto que sem a expansão geográfica, a necessária reorganização territorial e o desenvolvimento geográfico desigual o capitalismo sucumbiria. Em outras palavras, a permanente realização do “ajuste espacial” das contradições inerentes ao capital, atrelada à inserção desigual dos territórios e das formações sociais no mercado global, originou uma geografia histórica mundial de acumulação do capital. Pelo fato do espaço ser densamente variado em suas múltiplas dimensões, os fluxos de capital terão mais facilidade de adentrar em alguns lugares do que em outros; e o contato com o mercado capitalista global por parte das formações sociais vai contribuir para que algumas delas se insiram mais rapidamente nas formas capitalistas de troca de mercado, enquanto outras não realizaram plenamente essa inserção por motivos diversos.

A teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais envolve dois componentes de fundamental importância, a saber: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. Com relação ao primeiro elemento é necessário indicar que existe uma mudança qualitativa na forma de um fenômeno se apresentar nas escalas geográficas, como a global, continental, nacional, regional e local, embora elas estejam interligadas hierarquicamente, portanto um dado fenômeno local pode interferir em nível global e vice-versa. A escala é um produto histórico e por esse motivo é dinâmica. Ela depende das inovações tecnológicas na área de comunicação e transporte e de condições econômico-políticas que se modificam e, por fim, resulta da luta de classes, cujos sujeitos envolvidos definem as escalas geográficas nas quais as disputas por hegemonia ocorreram. (HARVEY, 2004)

No que diz respeito à produção da diferença geográfica, observa-se que em qualquer escala existe um conjunto de processos que promovem diferenças espaciais de diversas formas (modo de vida, uso dos recursos etc.), formando um mosaico que é um “ ‘palimpsesto’ – composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros” (HARVEY, 2004, p. 111). Essas diferenças geográficas são reproduzidas ou modificadas de acordo com os processos político-econômicos e socioecológicos desenvolvidos no presente, salientando que, no contexto atual, a globalização acelera essas transformações espaciais. Os dois componentes mencionados acima ajudam a pensar as diferenciações e interações inter/intraescalares, ou seja, que os fenômenos sociais não podem ser pensados em uma única escala.

A compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais auxilia na avaliação das contradições existentes na globalização, possibilitando definir os campos de atuação política. Isso ocorre porque a globalização implica uma autodestruição e desvalorização dos lugares em várias escalas, provocando a agudização dos problemas sociais, por meio do desemprego, do subemprego etc. Em outras palavras, por um lado, os agentes econômicos concentram o poder e “desenvolvem” seletivamente os espaços, de acordo com os seus interesses; por outro, surgem movimentos de oposição e resistência a esses agentes, desenvolvendo ações articuladas em diversas escalas, contribuindo para a reavaliação das lutas populares em diferentes escalas. (HARVEY, 2004)

O último ponto é de grande relevância, pois se refere à importância da escala geográfica na (re)definição da ação dos movimentos sociais, que alguns autores (Brenner, 2001; Cox, 1998; Mackinnon, 2010; Smith, 2000) vão denominar de política de escala. Essa proposta é bastante discutida pela literatura contemporânea, especialmente a anglo-saxã que trouxe um debate de fôlego acerca da ideia de “política de escala”.

Da escala geográfica à política de escala

MacKinnon (2010) afirma que a década de 1990 apresentou um crescimento substancial em termos de uma literatura específica sobre a economia política da escala na geografia humana, a qual sofre diversas críticas nos anos 2000 por leituras pós-estruturalistas que almejam construir um senso de espaço relacional, múltiplo e aberto, indicando que a escala era entendida como relações sociais muito hierarquizadas e fixas, com relações verticais entre os territórios delimitados. Nesse sentido, existiriam duas vertentes principais acerca da escala na geografia humana. A primeira é pautada na economia política e enfatiza a coexistência de “múltiplas espacialidades” com o intuito de não privilegiar uma determinada dimensão particular das relações espaciais que se desenvolvem a partir de uma perspectiva polimórfica e multidimensional. Já a segunda vertente busca fundamentar-se no pós-estruturalismo e destaca a necessidade de estudar as práticas escalares e a performatividade da escala, havendo certo divórcio da dimensão material da escala.

Com base nessas duas vertentes, MacKinnon (2010) apresenta o estado da arte dos debates contemporâneos sobre a escala e ao mesmo tempo uma proposta de conciliação entre as duas proposições, quais sejam, da economia política e do pós-estruturalismo.

Por um lado, a primeira abordagem se refere à economia política que se debruça sobre a construção social das escalas como entidades materiais, revelando a produção social do espaço sob o capitalismo. A crítica a essa perspectiva elaborada pelo pós-estruturalismo se fundamenta em sua reificação e essencialização das escalas. Embora não as considere como fixas, essa abordagem privilegiaria o tamanho físico das instituições sociais e jurisdições estatais. Entretanto, há de se considerar a noção de escalas como produtos de processos sociais, políticos, econômicos e culturais mais amplos – isto é, derivada de um processo heterogêneo, conflituoso e prenhe de contradições, sendo passível de mudanças em suas extensões, conteúdos, importância e interações relativas. Assim, a escala constitui um produto de processos mais amplos e de relações sociais, deslocando a centralidade das relações global-local para a preocupação com a política de escala, que compreende a escala como um instrumento de construção social do poder, ou seja, incorpora e manifesta as relações de poder subjacentes entre os sujeitos. (MACKINNON, 2010)

Mackinnon (2010) ressalta também a tensão entre fluidez e fixidez, uma vez que a última é demasiadamente considerada ao avaliar as escalas como entidades materiais que atuam como plataformas para o desenvolvimento das relações sociais; logo, as escalas acabam sendo privilegiadas em detrimento dos processos sociais que de fato as produzem. As alegações de reificação da escala têm base em referências anteriores ao reconhecimento da escala enquanto atividade social. Para os pós-estruturalistas os espaços e os locais são sempre emergentes, por isso estão em um processo contínuo de “se tornar” por meio das práticas sociais. Entretanto, para além dessa pseudorreificação simples, defensores da economia política entendem a escala como produto e produtora dos processos sociais. Por isso, o esforço em torno da “política de escala” é o viés mais

aberto da economia política, admitindo uma visão relacional das relações escalares, discutindo os agenciamentos ao debater sobre como diferentes forças sociais objetivam explorar, manipular e transformar as relações escalares.

Já as abordagens pós-estruturalistas entendem a escala como uma construção epistemológica que representa ordenações espaciais específicas, não apresentando uma manifestação ontológica. Assim, seu estudo avalia sua importância como um dispositivo de representação ou um quadro implantado discursivamente por diversos sujeitos coletivos que buscam angariar formas particulares de reconhecimento e vantagem. Essa proposta emerge da preocupação de explicar como as escalas são socialmente produzidas por meio da prática social e do discurso, além dos meios em que as escalas passam a ser envolvidas em formas de identificação e de construção dos lugares. Assim sendo, enquanto a economia política prioriza a dimensão material da construção da escala, os pós-estruturalistas se debruçam sobre os processos discursivos dela. (MACKINNON, 2010)

Outro debate importante sobre a escala refere-se à existência de diferentes matrizes filosóficas, que vão desde uma perspectiva materialista até outra mais idealista. Jones (1998), por exemplo, por uma perspectiva idealista, questiona se a escala é compreendida como uma categoria ontológica fundamental ou uma categoria epistemológica, embora esteja inclinada pela segunda assertiva, porque compreende que os sujeitos em uma determinada disputa política apresentam argumentos sobre a escala discursivamente, representando sua posição (global ou local) a partir de seus interesses. Assim, a escala seria uma espécie de tropo³ da representação que enquadra a espacialidade política, logo, não é neutra, visto que cada tropo manifesta sua retórica e sua capacidade de moldar o significado do espaço. Seu caráter epistemológico se articula ao conhecimento do poder e do espaço e, como noção, deve ser devidamente contextualizada no âmbito sociocultural e histórico. A escala, ao ser interpretada a partir de certas qualidades, fornece seu poder tanto para as regras da ordem social quanto para as práticas de representação que caminham lado a lado.

Para Grandi (2014), a linha de pensamento materialista advém das críticas às abordagens quantitativas dos estudos espaciais dos anos 1950 e 1960, sendo fundamentada principalmente no marxismo, e suas reflexões se direcionam para a economia política das escalas, enfatizando a dimensão político-econômica da produção social das escalas. Já a idealista se inspira na tradição neokantiana e suas discussões sublinham aspectos e dinâmicas atreladas à dimensão discursiva das escalas, compreendidas como metáforas espaciais da realidade produzidas socialmente.

É claro que não existe uma divisão tão nítida entre essas perspectivas e existem autores que buscam uma conciliação entre elas. MacKinnon (2010) propõe a noção de políticas escalares, por meio da qual apresenta uma abordagem integrativa, baseada no realismo crítico – apoiada para uma realidade externa, reconhecendo que só se pode conhecer por meio de conceitos e representações socialmente mediadas –, entre a economia política e o pós-estruturalismo, visto que ambos apresentam em comum a preocupação da construção social da escala, observando as relações escalares, a sua fluidez e a dimensão de processos espaciais mais amplos da escala. Dessa maneira, em certos aspectos, as duas vertentes oferecem *insights* complementares para a construção social da escala. De um lado, a economia política centrando os esforços nos processos de produção material da escala e na reestruturação capitalista e, de outro, o pós-estruturalismo, pautando-se na

3 Os Tropos são figuras [de linguagem] pelas quais se faz com que uma palavra assuma uma significação que não é precisamente a significação própria dessa palavra. [...]. Essas figuras são chamadas de tropos, do grego tropé, conversio, cuja raiz é trépo, verto, eu viro. Elas são assim chamadas porque quando tomamos uma palavra no sentido figurado, nós a torcemos a fim de fazê-la significar o que de modo algum significaria no sentido próprio (DU MARSAIS, 1757, p.14)

prática social e no discurso. O autor não está propondo aqui a integração teórica, mas a reunião de elementos de tratamento da escala por meio do conceito de políticas escalares.

Esse conceito é constituído por quatro fundamentos: O primeiro é substituição da implicação da política de escala que se fundamenta na ideia de que vários projetos e ações políticas apresentam aspectos escalares, pautando-se principalmente em Brenner (2001), ao distinguir os sentidos singular e plural da escala. A escala é uma dimensão importante da atividade política e não seu foco principal. Assim, a política escalar, numa perspectiva realista de espaço, define-se pelas relações políticas que a constituem ao invés de possuir uma existência anterior, apesar dessa política escalar não poder ser reduzida a essas relações, pois arranjos escalares são estabelecidos. As dimensões escalares dos projetos e movimentos políticos se vinculam à perspectiva da economia política que destaca a fluidez da escala e os esforços dos sujeitos para se deslocar entre as escalas, não as entendendo como um ente conceitual dado que é colocado sobre os problemas da pesquisa. Nesse sentido, a ideia é deixá-las emergirem como uma dimensão de confronto político de acordo com sua importância empírica.

O segundo fundamento de sua proposta refere-se à política escalar na implantação estratégica da escala por diferentes sujeitos, organizações e movimentos; coadunando com o pós-estruturalismo. A escala é uma construção epistemológica, todavia não se esgota nela, uma vez que sua construção se atrela aos esforços de determinados sujeitos, organizações e movimentos que buscam “corrigir” ou “deslocar” as escalas como formas materiais de relações de poder emergentes; assim, existe uma natureza material-discursiva da luta escalar. Do ponto de vista crítico-realista, isso significa reconhecer a importância dos discursos e representações para a construção social dos objetos e relações, mantendo ao mesmo tempo certa independência dos objetos em relação às concepções dos sujeitos individuais. Por essa perspectiva crítico-realista os discursos dominantes podem vir a ter consequências inesperadas, de importância igual a suas formas de resistência e contestação, sendo significativo considerar a articulação entre as categorizações e as condições materiais que estruturam os arranjos escalares, para que os sujeitos sociais, organizações e movimentos tenham a capacidade de manipular as dimensões discursivas e materiais da escala para alcançar suas agendas.

O terceiro fundamento diz respeito à influência e aos efeitos das estruturas escalares pré-existentes, produzidas por processos anteriores à construção social. E por último, em quarto lugar, a política escalar que se reporta à criação de novos arranjos e configurações escalares que se desenrolam no ponto de interação entre projetos e escalas herdadas e emergentes. (MACKINNON, 2010)

É importante mencionar que há uma outra diferenciação na leitura acerca da natureza da escala que se refere ao seu entendimento enquanto categoria da prática – são categorias da experiência cotidiana, produzidas e implementadas pelos sujeitos sociais – ou categoria de análise – relativamente distantes da experiência e formuladas pelos cientistas sociais – conforme propõe Moore (2008).

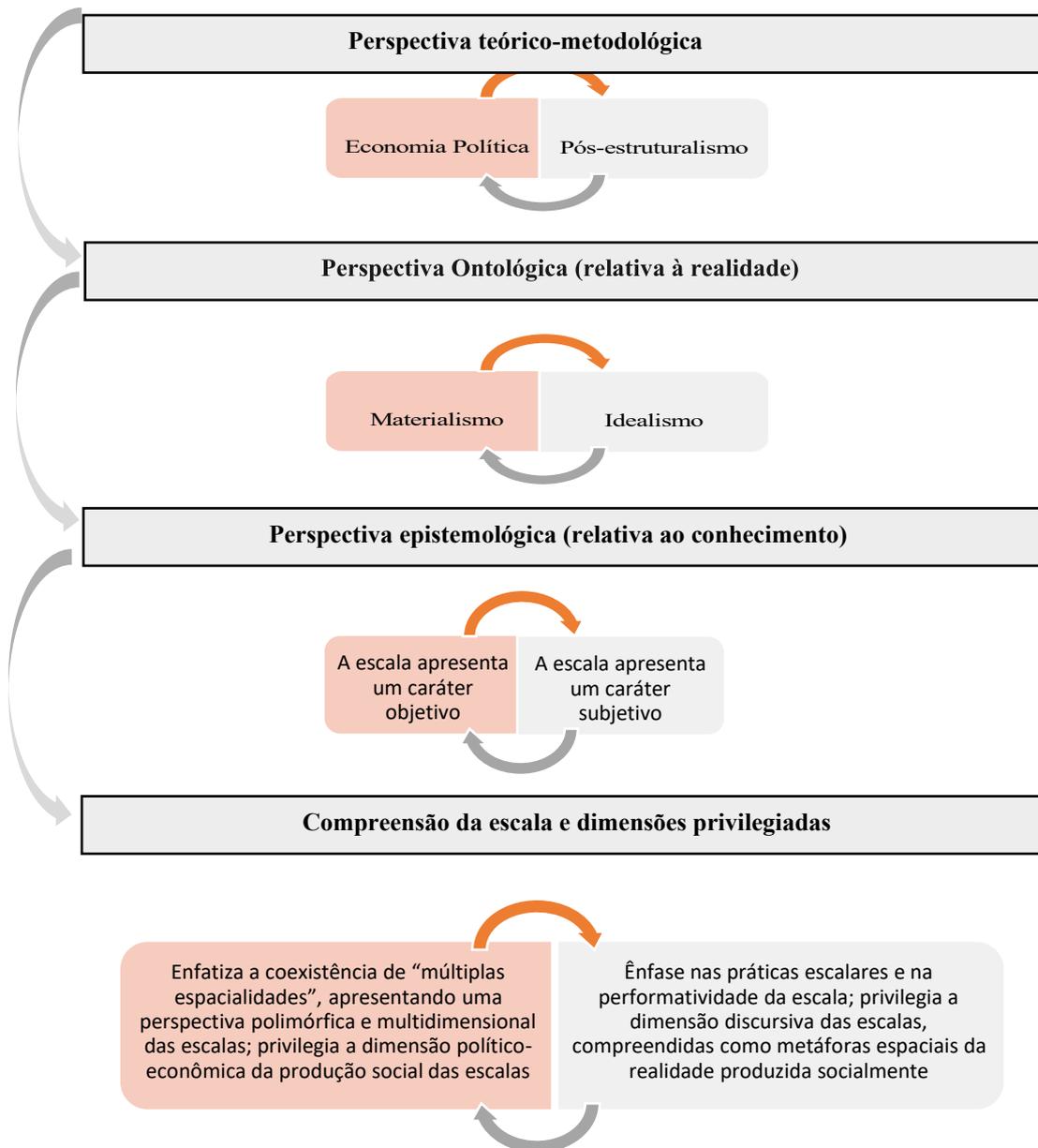
Para Moore (2008), existe uma cisão entre as categorias da prática e de análise. As categorias da prática se referem ao senso comum e à maneira como este interpreta o mundo, incorporando termos reificados no pensamento social, essencializados e naturalizados, os quais, muitas vezes, são incorporados sem crítica pelos cientistas sociais como categorias de análise (provenientes da ciência), tal qual se faz com as escalas geográficas (local, nacional e global), cuja noção se refere a realidades espaciais existentes em níveis, plataformas ou arenas.

Essa separação, no entanto, entre categorias da prática e da análise é controversa, pois estabelece um fosso entre as formas de conhecimento, ou seja, aqueles formais ou acadêmicos e o do senso comum, inclusive hierarquizando-os. Em consonância com Grandi (2014), o qual se fundamenta em Foucault (1990), reconhece que essa diferenciação esvazia o conteúdo político da categoria de análise, ao compreender que qualquer análise (e suas categorias) são necessariamente práticas sociais, assim como as escalas geográficas que são resultantes da prática social, seja da análise científica ou da ação cotidiana dos sujeitos. Por esse motivo, resultante da materialidade ou da teoria, ainda que, utilizados como categoria de análise, as escalas e seus arranjos produzem efeitos concretos sobre a sociedade. Portanto, condicionam comportamentos e exercem poder que no uso crítico leva à considerar que as escalas são continuamente mutáveis, em decorrência das necessidades prático-concretas dos sujeitos. Essa perspectiva destaca o papel ativo dos sujeitos que as produzem e é “condizente com as abordagens sobre movimentos sociais que destacam os processos e ações sociais e esvaziam as estruturas de seu poder explicativo global” (GRANDI, 2014, p. 252).

À título de síntese esquemática relativa à discussão sobre a política de escala e seus pressupostos teórico-metodológicos, formulou-se a figura 1, sobre o qual deve-se ressaltar seu caráter didático. Logo, o mesmo não traduz na íntegra a complexidade do que foi exposto, mas recupera, ainda que de maneira simplista e dicotômica, os debates em torno da escala, apresentando-se enquanto ponto de partida para as reflexões em torno do tema.

Desse modo, a figura 1 identifica as propostas de interpretação das escalas pela *economia política* e pelo *pós-estruturalismo*, os quais sob o ângulo ontológico estariam mais alinhadas à perspectiva materialista (as escalas existem materialmente, sendo socialmente produzidas, dinâmicas e mutáveis) e idealista (as escalas seriam artifícios intelectuais/discursivos utilizados para atender um determinado fim), respectivamente. Entretanto, como indicam as setas, há uma interação entre a dimensão material e a ideal das escalas, pois não há como conceber a produção das escalas de maneira eminentemente antagônica, tal qual ocorre com a perspectiva epistemológica da escala. Muito embora apresentada de maneira dual (objetivo x subjetivo), as setas identificam a imbricação existente entre a escala enquanto objeto real e objeto de conhecimento/produção discursiva, existindo na verdade uma construção dialética entre elas.

Figura 1 - Propostas de interpretação das escalas



Organização: MIRANDA, Rogério Rego.

Essas perspectivas duais e/ou integradoras indicam a complexidade do debate acerca da escala e/ou da política de escala. Porém, na análise dos agentes produtores do espaço, e particularmente dos movimentos sociais, é importante salientar a importância da produção social da escala e o modo como esta apresenta uma materialização concreta, fluida, dinâmica, mutável, discursiva e aberta, decorrente das práticas sociais envolvendo os mais diferentes sujeitos, que manipulam, controlam, articulam e se (re)produzem por meio das escalas, revelando a importância delas ao exercício do poder, que é assimétrico, hierárquico e multidimensional.

Em outras palavras, a política de escalas materializa a dimensão territorial de um determinado grupo ou movimento social que objetiva projetar-se hegemonicamente mobilizando as escalas, seja em termos de sua manutenção, seja na construção de uma resistência a ela. Para fundamentar essa

proposição foram utilizados os estudos de Cox (1998); Brenner (2000; 2001) e Smith (2000, 2002, 2004).

No trabalho de Cox (1998), duas questões serão centrais. A primeira refere-se ao debate sobre a política de escala enfatizar sua forma em termos de área, como a ideia de “saltar escalas” que se pauta na conotação da arena, de espaços limitados que indicam um conjunto de caixas, cada uma com sua política própria. Dessa maneira, seria mais produtiva a utilização da metáfora da rede (ver Collinge, 2006) para a espacialidade da escala, ou melhor, as redes de associações, para a compreensão da política do espaço. As redes expressam a maneira desigual de entrada dos agentes na forma areal, bem como dificilmente são contidas integralmente por essas formas areais, pois seus limites são porosos – as políticas governamentais, por exemplo, podem ser objetos de recursos em esferas mais elevadas de autoridade, isso porque as redes de associação são construídas através das fronteiras nacionais ou não.

A segunda questão se refere ao conteúdo e à forma da política de escalas, dos quais deriva uma distinção elaborada pelo autor entre espaços de dependência e espaços de engajamento. Os espaços de dependência são definidos

[...] por aquelas relações sociais mais ou menos localizadas das quais dependemos para a realização de interesses essenciais e para o qual não há substituto em lugar algum; eles definem condições espaciais específicas para nosso bem-estar material e nosso senso de significância. (COX, 1998, p. 2 traduções livre).⁴

Esses espaços estão inseridos em conjuntos maiores de relações sociais de amplitude global que continuamente os ameaçam em termos de dissolução. Os mais diversos sujeitos se organizam com intuito de salvaguardar as condições de perpetuação dos seus espaços de dependência; entretanto, para alcançar esse fim devem interagir com outros centros de poder social (governo local, imprensa nacional ou internacional etc.), e, ao fazê-lo, constroem uma forma diferente de espaço, o qual é denominado “espaço de compromisso”, em referência ao local em que a política garante o desenvolvimento do espaço de dependência. Para a manutenção destes é igualmente preciso constituírem-se redes de associação que permitam as condições necessárias à sua existência, o que cria espaços de engajamento. Essa relação umbilical entre espaços de dependência e espaços de engajamento é discutida a partir do processo de reprodução do capital e sua interferência na escala local, cujos interesses dos sujeitos, para serem garantidos, devem mobilizar outras escalas.

A política de escalas é mobilizada pelo capital para sanar suas contradições, visto que o capital móvel, em sua incessante busca por níveis mais elevados de lucro, tem a tendência em desvalorizar o capital em sua forma física. A diversidade de formas espaciais fixas compromete os sujeitos uma vez que assegura suas condições de reprodução em lugares particulares, mas a dependência desses sujeitos em relação a uma economia local ou regional é dada por razões bem diferentes: para os empresários o objetivo é o lucro, aos trabalhadores o mercado de trabalho local é o meio de sobrevivência. (COX, 1998)

Entrementes, os sujeitos fazem parte de um conjunto mais extenso de relações de troca do que aquelas circunscritas ao âmbito de um determinado lugar; conseqüentemente, a realização dos interesses locais implica a transformação da geografia do lugar, como processos migratórios, ampliação ou redução de empresas etc. O problema que se coloca ao local, em termos abstratos, é garantir que o valor em suas formas móveis permaneça a fluir por meio de suas relações sociais. Em

4 “(...) defined by those more-or-less localized social relations upon which we depend for the realization of essential interests and for which there are no substitutes elsewhere; they define place-specific conditions for our material well-being and our sense of significance.”

suma, os sujeitos apresentam interesses em torno da apropriação, realização de lucros, renda, salários, impostos, dentre outros, mas as mudanças nas geografias econômicas globais possuem impacto na realização desses objetivos locais, os quais se processam nos *espaços de dependência*, definidos dessa maneira porque a mudança de local para a satisfação dessas necessidades é bastante difícil. (COX, 1998)

Destaca-se que esses espaços de dependência ocorrem em diversas escalas. Para alguns sujeitos pode existir também mais de um local, correspondendo aos diferentes momentos da circulação (espacial) do capital. Nesses espaços de dependência, o que está em jogo são os interesses locais, contudo, a capacidade de alcançá-los está condicionada ao exercício do controle territorial, o qual se realiza pelas ações e interações entre as pessoas no âmbito interno e de maneira articulada aos outros espaços de dependência. Essa ação coordenada muitas vezes é executada pelo Estado, o que coloca a questão de como influenciar as instituições estatais. (COX, 1998)

Para esse fim, projeta-se a intencionalidade de construir uma *rede de associações* que incorporem diretamente as instituições estatais ou sujeitos que as influencie. Essa rede define o chamado *espaço de engajamento*, porque até certo ponto as ações políticas podem se realizar dentro dos limites do espaço de dependência que é acessado por diversos antagonistas, promovendo tensões; todavia, existem situações em que é necessário “saltar escalas”, mobilizando agências estatais extralocais, como instituições centrais, constituindo espacialmente redes de associações muito mais extensas (espaços de engajamento) para atingir seus objetivos. Salienta-se que, como os espaços de dependência se realizam em múltiplas escalas, “saltar escalas” não significa ir necessariamente do menor para o maior: o inverso é plenamente possível. (COX, 1998)

Brenner (2001), semelhantemente à proposição de Cox (1998), entende que a escala não se restringe a uma plataforma autoevidente ou pré-definida para os processos geográficos, pois ela se encontra em contínua mutação, tal qual está sendo discutido pela política de escalas – o que sai da visão tradicional euclidiana, fixa e geométrica e passa a compreender a escala no seio do processo, evolução, dinamismo e contestação sociopolítica.

Todavia, os avanços contemporâneos sobre o debate da escala vêm acompanhados de perigos metodológicos, dentre os quais se destaca a confusão analítica do conceito de escala, aplicado de maneira indiscriminada a uma gama de fenômenos espaciais, relações e processos. Em outras palavras, muitos estudos confundem a noção de escala com outros conceitos geográficos importantes, como lugar, localidade, território e espaço, comprometendo o potencial analítico e teórico da escala. Por um lado, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem socioespacial em que as dimensões escalares das espacialidades sociais sejam bem delimitadas, Brenner (2001) vai propor a análise da *estruturação escalar*, que ocorre exatamente porque apesar do capitalismo ter se diferenciado em hierarquias escalares no período atual de reestruturação global, observa-se uma transformação na organização escalar em que o projeto neoliberal busca forjar novas hierarquias que não restrinjam a mobilidade do capital e as relações de mercado. Por outro, movimentos de oposição resistem com a finalidade de frear ou reverter esse avanço neoliberal e, para esse fim, mobilizam escalas geográficas de maneira estratégica, seja por meio de “salto de escalas” (SMITH, 2000) para contornar práticas institucionais hegemônicas, seja prevendo diferentes arranjos escalares pautados na ideia de democracia radical e justiça social.

Ao adentrar no debate sobre a política de escala, dois significados distintos devem ser qualificados acerca da sua noção. O primeiro é denominado de *singular*: nesse sentido, a política *de* escala denota a produção, a reconfiguração e/ou a contestação de um dado aspecto da organização socioespacial que se encontra limitada por uma arena geográfica (local, urbano, regional, nacional...). A preposição “de”, nesse aspecto singular, indica uma unidade geográfica relativamente diferenciada

e com limites bem definidos – em outros termos, a escala é apresentada como uma fronteira que separa a unidade geográfica investigada das demais. (BRENNER, 2001)

O segundo significado é identificado como *plural*, no qual a noção de uma política *de* escala se reporta à produção, à reconfiguração e/ou à contestação de determinadas diferenciações, ordenações e hierarquias entre as escalas geográficas. Por seu turno, a preposição “de” é empregada com o intuito de definir a produção de unidades espaciais diferenciadas, mas igualmente suas inserções e posicionamentos em relação a uma multiplicidade de unidades espaciais que se encontram no interior de uma diversidade de camadas, conformando uma configuração geográfica hierarquicamente tabular – logo, se refere ao processo de dimensionamento por meio do qual diversas unidades espaciais se estabelecem, diferenciam-se e são hierarquizadas e, em determinados contextos, redefinidas, reorganizadas uma em relação à outra. Com efeito, a escala é compreendida como uma modalidade de hierarquização e re-hierarquização por meio da qual processos de diferenciação espaciais se desenvolvem materialmente e discursivamente. Esse último aspecto consegue captar a relacionalidade das escalas geográficas e sua posição (mutável) como unidades diferenciadas contidas em hierarquias espaciais de vários níveis. (BRENNER, 2001)

Por fim, o autor propõe uma leitura da conotação plural das políticas de escala a partir da política da estruturação escalar, ou melhor, como uma política de escalonamento. Para esse fim, apresenta algumas sugestões metodológicas para a sua compreensão:

- 1) A estruturação escalar corresponde a uma dimensão dos processos espaciais;
- 2) Os processos de estruturação escalar são constantemente redefinidos por meio das rotinas sociais cotidianas e lutas, isso porque conotam uma dinâmica de desenvolvimento em que as estruturas da ação social coletiva são permanentemente reproduzidas, alteradas e transformadas pela própria ação social coletiva;
- 3) Os processos de estruturação escalar são dialeticamente interligados com outras formas de estruturação espacial. Assim, a diferenciação escalar de um dado processo social se realiza em conjunto com outras formas de estruturação espacial, responsáveis por igualmente alterar as geografias desse processo;
- 4) Há diversas formas e padrões de estruturação escalar, logo, seu estudo deve apresentar: a) uma análise de como, por que e quando o processo social investigado é subdividido em uma hierarquia vertical de escalas geográficas interligadas e separadas, devendo especificar; b) as unidades espaciais importantes na hierarquia; c) o seu papel específico; d) a construção histórica e sua conseqüente mutação dentro da hierarquia; e) sua relação; f) específica e historicamente evoluindo para outras unidades dentro da hierarquia;
- 5) As escalas se desenvolvem relacionalmente no interior das hierarquias interligadas e das redes interescares dispersas, salientando que o significado, a função, a dinâmica de uma escala são apreendidos relacionalmente a partir de múltiplos pontos, ou seja, de cima para baixo e vice-versa, para os lados etc. Cada escala se constitui através de sua posicionalidade que historicamente evolui no interior de uma grade relacional maior, verticalmente “esticada” e horizontalmente “dispersa” de processos espaciais, relações e interdependências;
- 6) As escalas possuem múltiplas espacialidades, logo, não podem ser restritas à sua dimensão areal e geométrica. Igualmente se deve considerar que a espacialidade complexa dos processos de tomada da escala pode ser mais bem explicitada ao ser discutida ao lado de outros conceitos – lugar, localização, território, rede etc.;
- 7) As hierarquias escalares são mosaicos não piramidais, inexistindo uma única hierarquia escalar integrada e sim um mosaico de geometrias escalares desigualmente sobrepostas e densamente interligadas;

- 8) Os processos de estruturação escalar produzem efeitos causais contextualmente específicos, assim, a depender da situação, a articulação escalar pode vir a ser uma “progenitora” dos processos sociais ou pode simplesmente ser a estrutura na qual se dá o desenvolvimento histórico de um processo social;
- 9) Os processos de estruturação escalar podem se cristalizar em escalas fixas, porque interagem entre si para produzir estruturas hierárquicas articuladas de organização que enquadram aspectos importantes da vida cotidiana dentro de escalas provisoriamente fixas, compostas de hierarquias geográficas relativamente estabilizadas nas quais atividades organizadas em determinadas escalas tendem a predominar sobre as outras;
- 10) As escalas fixas podem apresentar a evolução subsequente das configurações escalares. Essas configurações são continuamente (re)organizadas e, com o desenvolvimento das lutas sociopolíticas, podem vir a ter mudanças substanciais que alterem drasticamente as novas hierarquias da escala; salienta-se que essas alterações são produtos de contextos histórico-geográficos específicos;
- 11) Os processos de estruturação escalar constituem geografias e coreografias do poder social. Isto é, por um lado, as hierarquias escalares podem criar formas de inclusão/exclusão e de dominação/subordinação que fortalecem determinados sujeitos, alianças e organizações em detrimento de outros, a partir de critérios como classe, gênero, raça e nacionalidade. Por outro, tais hierarquias podem vir a funcionar como arenas de lutas por poder social, mas igualmente podem servir como seus objetos, na medida em que são desafiados e se tornam instáveis no transcorrer das lutas sociais.

Por fim, coloca-se em relevo a proposta de Smith (2000), que foi um dos precursores do debate da política de escala. Em seu texto sobre o veículo projetado aos sem-teto, o autor compreende que esse recurso, embora não resolva o problema da exclusão social, indica a armadilha geográfica da cidade que, na imobilidade, segrega os sem-teto, ao mesmo tempo que identifica a ampliação das possibilidades de sobrevivência deles, pois representa um meio de reprodução social e grafa uma política espacial menos excludente no interior da cidade, por prover maior mobilidade ao possibilitar o acesso a outros lugares distantes para reciclagem, mendicância, para dormir e fugir da pressão cotidiana. O uso do “veículo do sem-teto” recupera a espacialidade local enfatizando o papel constitutivo da escala geográfica.

Nesse sentido, para Smith (2000), existe a necessidade de se “saltar escalas” como uma forma de rebeldia aos limites impostos pelo capital no que diz respeito à escala de ação dos sujeitos subalternos, relegados geralmente a periferias ou áreas longínquas que ainda não foram territorializadas pelo capital. Essa *política de escalas* é importante para pensar as lutas sociais. Segundo o autor, é necessária uma melhor teorização acerca da escala, visto que ela apresenta aspectos importantes: primeiro, a escala corresponde ao meio pelo qual se expressa a diferenciação espacial; em segundo lugar, sua compreensão fornece uma linguagem mais adequada à diferença espacial; um terceiro elemento se refere ao fato de a escala ser um construto social, visto que é produto da sociedade, se materializa por suas atividades e, por conseguinte, produz e é produzida por configurações geográficas de interação social; por último, a produção da escala corresponde ao espaço de luta política, pois é a “escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado”. (SMITH, 2000, p. 144)

Smith (2000) apresenta esquematicamente a sua proposição de escalas geográficas específicas, a saber: *corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação e globo*. E, para cada uma delas, propõe-se analisar quatro aspectos, quais sejam, a) identidade ou as características que tornam a escala coerente; b) diferenças internas; c) fronteiras existentes entre as escalas; d) possibilidades

políticas de resistência que são intrínsecas à produção dessas escalas geográficas – em outros termos, a redefinição das fronteiras ou o “saltar escalas”⁵.

Em outro trabalho, Smith (2002) se aproxima da ideia de política de escala plural proposta por Brenner (2001) ao interpretá-la buscando a interação das escalas, isto porque conceitualmente é importante considerar a conexão entre a hierarquia das escalas (re)produzidas nas paisagens do capitalismo e as abstrações conceituais através das quais apreendem-se os acontecimentos e processos espaciais. Portanto, a escala possui uma manifestação material, mas também é o âmbito de resolução ou abstração que se utiliza para compreender as relações sociais. Dessa forma, a produção da escala implica a questão da diferença como *posicionamento*, isto é, dependendo da apropriação metafórica do espaço, o conflito e a negociação entre diferentes posições relativas têm por consequência um juízo social simultâneo sobre a identidade do sujeito e a diferença (seu posicionamento em relação ao “outro”). Esse processo envolve conflito e negociação e imprime limites socialmente estabelecidos de diferença e igualdade, ainda que sejam constantemente forjados na prática social, a exemplo da questão de quem é incluído e quem se inclui como “negro”, que pode ser reformulada como uma indagação acerca da escala socialmente construída na qual se estabelece a identidade social e a política negra. Dessa maneira, a escala da luta e a luta sobre a escala são dois lados da mesma moeda. Por fim, é importante notar que muitas das (re)estruturações escalares são realizadas pelo capital, mas não é verdadeiro afirmar que uma escala geográfica é imposta de cima para baixo, pois a construção da escala resulta e contribui com a luta social baseada na classe, no gênero, na raça e em outras diferenças sociais.

Em suma, é importante frisar que a política de escalas remete à compreensão de que ela é um produto social, que se materializa em uma feição zonal, pois apresenta limites (constituindo arenas políticas), provenientes de particularidades/diferenças histórico-geográficas, que estão em contínua transformação e redefinição; todavia igualmente possui uma face reticular, devido às escalas estarem articuladas a partir de relações de poder que se manifestam em múltiplos pontos do território.

Nesse sentido o exercício do poder por meio das escalas e/ou remodelando-as não se realiza necessariamente apenas de cima para baixo, ou do global para o local, visto que hoje é perceptível a *flexão escalar* (SMITH, 2004), proveniente da reorganização da escala, cuja estrutura territorial herdada é chamada para cumprir outras funções ou é refeita para se adequar às novas necessidades, face ao contexto atual de globalização, no qual as relações, especialmente econômicas, não se realizam mais apenas entre Estados-nações, mas entre empresas e países, ou entre cidades/prefeituras e empresas, principalmente para a manutenção dos *espaços de dependência*, cuja existência atrela-se às *redes de associação*, as quais quanto mais *extensas*, maior é a propensão à criação/fortalecimento *dos espaços de engajamento*, constituídos pela mobilização e articulação política no interior dos espaços de dependência e em outras escalas com o intuito de alcançar determinados objetivos.

Essa política de escalas, por seu turno, não é produto do capital unicamente, uma vez que, ao manifestar o conflito entre capital e trabalho, torna-se possível observar a luta territorial em diversas escalas e pela escala, a exemplo dos movimentos sociais, que em sua prática cotidiana desenvolvem alianças em diversos lugares com outros sujeitos (como Organizações Não Governamentais e sindicatos), articulam-se em diversos níveis espaciais (local, municipal, estadual, regional, nacional,

5 Por compreender que as escalas são bastante amplas, ou seja, existindo a escala do corpo até a global, MARSON e SMITH (2001) vão realizar um debate com Brenner (2001), que entende ser o corpo e a família compreendidos por outros conceitos geográficos.

supranacional, continental e mundial) e disputam o direito ao acesso a determinados recursos, ou, ainda, “saltam escalas” com o intuito de ampliar seu território, em condições não mais precarizadas. Se utilizam dessa estratégia para construir uma outra hegemonia, ainda que em condições adversas e assimétricas de poder e com conquistas pontuais e graduais.

Com base no que foi exposto, o quadro 1 apresenta os principais aspectos abordados em torno da escala cartográfica, da escala geográfica e da política de escala. Desta forma, apresenta um caráter didático e recupera as diferenças, aproximações e avanços acerca da temática.

Quadro 1 - Esquema da discussão teórico-metodológica sobre escala cartográfica, escala geográfica e política de escala

	Escala cartográfica	Escala geográfica - Política de escala
Espaço	Absoluto	Absoluto/relativo/relacional
Concepção de espaço	Geométrico-matemático	Produto e produtor das relações socioespaciais Escala como um “trunfo” nas negociações e conflitos territoriais
Análise dos fenômenos	Localização, quantificação, enumeração dos fenômenos	Qualificação dos fenômenos Uso da política de escala como meio e condição da politização das identidades;
Hierarquia	Hierarquia das escalas como entes geométricos (da menor à maior e vice-versa)	Hierarquia existe como produto das relações de poder, do ponto de vista material, mas igualmente é um construto discursivo
Fixidez/Fluidez	Fixidez (ponto, zona, área, aglomerado)	Fixidez (ponto, zona, área, aglomerado) e fluidez (rede)
Ênfase da análise dos fenômenos	Enfatiza a diferença de grau, ou seja, quantitativa	Enfatiza as desigualdades (aspectos econômicos-políticos) e diferenças de natureza (aspectos culturais-simbólicos) dos fenômenos
Aspectos epistemológicos	<i>Noção</i> : representação métrica do mapa	<i>Conceito</i> : revela a relação social, objetiva analisar a natureza qualitativa dos fenômenos, bem como as disputas territoriais
Principais agentes mobilizadores	Tradicionalmente utilizado pelo Estado em seus diversos níveis, bem como pelas empresas	Utilizada pelos diversos agentes, desde o Estado até moradores de um bairro, comunidades rurais, etc. As escalas por serem compreendidas como arenas de disputa territorial são mobilizadas pelos movimentos sociais, mas igualmente pelos agentes econômicos hegemônicos
Formas de representação espacial	Cartografia temática, cartas, plantas	Mapas mentais, mapas participativos, mapas situacionais, Cartografia social, etc.
Escalas privilegiadas	Local, municipal, regional, nacional, mundial, etc.	Corpo, Lugar, metropolitana, regional, nacional, supraregional, continental, global, etc.

Organização: MIRANDA, Rogério Rego.

O uso da política de escalas pelos movimentos sociais: o exemplo do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem atuando no Brasil desde o final da década de 1970, apresentando, de acordo com Karriem (2012), quatro momentos importantes em

seu processo de desenvolvimento, a saber: de 1979 a 1985, período de gênese do movimento, motivada pela modernização do campo e a expulsão de diversos trabalhadores rurais; de 1985 a 1990, período de sua territorialização nacional, promovendo alianças com movimentos urbanos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e construindo um movimento de massa e popular que tem a luta pela terra como elemento de mudança social com caráter nacional-popular; de 1990 a 1995, momento de implementação do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal no país, ao qual o MST se opôs veementemente, o que levou à ampliação de sua atuação em todas as regiões brasileiras; de 1995 em diante houve a incorporação do discurso e da prática agroecológica, o que foi de encontro ao agronegócio e seu pacote tecnológico. Nesse último período supracitado o MST construiu relações internacionais, a partir de sua incorporação na Via Campesina, que representa 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e América, com aproximadamente 200 milhões de camponeses. (FEAB, 2011, s/p).

Em função dessa articulação em rede com diversos agentes de luta social no país e no exterior, Fernandes (2001) define o MST enquanto um movimento social territorializado, pois se organiza pela atuação simultânea em diferentes pontos do território, o que possibilita espacializar a luta pela terra e conquistar novas frações territoriais, a exemplo dos Projetos de Assentados (PAs).

Essa rede construída pelo MST lhe permitiu desenvolver a política de escalas, com o intuito de disputar demandas específicas (cestas básicas aos acampamentos, assistência técnica aos assentados, escolas do campo etc.) ou mais amplas (reforma agrária, diminuição da violência no campo, debate da agroecologia, reivindicação da educação do campo, financiamentos específicos aos agricultores familiares, dentre outras) em diversos níveis escalares simultaneamente ou não, desde a escala local até a internacional.

Nesse contexto que para Meek (2014), o MST vai se utilizar de *políticas de escalas educacionais* para repensar regionalmente e nacionalmente as políticas públicas, no intuito de construir a Educação do Campo, com a ampla participação de outros movimentos, sindicatos e Universidades, sendo importante nesse processo a constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que garantiu gradativamente a alfabetização de crianças, jovens e adultos residentes no espaço agrário brasileiro. Processo semelhante de articulação concorreu para elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cuja pressão dos movimentos sociais e sindicais em diversos níveis escalares permitiu a implementação dessa política pública, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Nesse ano, as ações dessa política pública se restringiram ao crédito e custeio, sendo ampliadas em 1997 em termos de programas em áreas de investimento, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, passando a operar em todo o território nacional (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Particularmente na realidade do sudeste paraense, essas ações conjuntas na escala regional (mas dentro de uma agenda nacional de lutas) se realizaram inicialmente entre o MST e a Federação de Trabalhadores da Agricultura (Fetagri). De acordo com Assis (2007), isso decorre de uma abertura maior dos dirigentes sindicais a partir dos anos 1990, inicialmente da FETAGRI Regional, que reconhecem as mútuas competências, diferenças e potencialidades entre MST e FETAGRI, passando de um momento de *deslegitimação recíproca* – marcado pelo desentendimento e com negociações com os agentes públicos de maneira separada – para um de *reconhecimento recíproco* – manifesto pelo reconhecimento das diferenças e das ações coletivas –, decorrente da necessidade de se fortalecerem para enfrentar conjuntamente o Estado.

Tal junção de interesses não significou a extinção das diferenças, mas possibilitou uma relação mais próxima para realizar embates nas arenas de disputa por políticas públicas a partir, por exemplo, dos Grandes Acampamentos para reivindicar alterações e inclusões na Programação Operacional

(PO) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e conseguir conquistas importantes, no âmbito da criação de assentamentos, assistência técnica e educação do campo. Esses Grandes Acampamentos assumem uma particularidade regional devido à grande extensão territorial do sudeste paraense, composto atualmente por 39 municípios; à elevada quantidade de agricultores envolvidos na ação, geralmente em torno de 10 mil pessoas; à diversidade das pautas de reivindicações, que variam entre políticas agrárias e agrícolas, assistência técnica, políticas sociais, infraestrutura e políticas específicas para mulheres e jovens agricultores; e devido à diversidade de sujeitos envolvidos, como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), associações, cooperativas, federações, movimentos, agências de mediação, partidos políticos e entidades de representação de trabalhadores urbanos (ASSIS, 2007).

Essa articulação é denominada pelas lideranças locais de *arco da aliança*, e consiste em ações coletivas de maior envergadura por: a) demandar um contingente de pessoas maior, pois envolve um enfrentamento com sujeitos econômico-políticos de grande expressão como a companhia Vale S.A. ou o próprio Estado; b) as manifestações pontuais não resultarem em soluções referentes às pautas requeridas; (c) morosidade no atendimento de determinadas pautas, como cestas básicas para os acampamentos, infraestrutura (estrada, saúde, escola), crédito e extensão rural para os assentamentos e a desapropriação de terras ocupadas.

Para atingir seus objetivos, as organizações definem previamente uma programação e uma pauta conjunta entre MST, FETAGRI e, em alguns casos, com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Sua ação geralmente culmina em um grande acampamento no INCRA que perdura vários dias; paralelamente, realizam bloqueios de estradas, caminhadas, manifestações em outros órgãos públicos e privados, ainda que a concentração principal fique no INCRA.

Para que o *arco da aliança* não resulte em conflitos internos pactuam-se alguns pontos, especialmente no que tange aos recursos para os assentamentos, pois em termos numéricos temos uma quantidade maior de PAs organizados pela FETAGRI, seguido pela FETRAF e, em menor número, pelo MST - apesar de, muitas vezes, as mobilizações apresentarem um contingente maior de pessoas do MST. Isso pode levar ao questionamento sobre qual organização sindical ou movimento social irá ficar com maior parte do investimento conseguido pela ação, pois o INCRA delega a responsabilidade de divisão para aqueles sujeitos como forma de criar uma cisão

[...] a gente fala assim, arco da aliança compreende alguns pactos antes da luta, por que senão tu já tens também a... ou, se vai ser em partes iguais, a gente fala, vamos fazer divisão em partes iguais, por que vai ser diferente? Pela quantidade? Assim, a quantidade de assentamentos, mas também a gente tem território que dá quase cinco assentamentos como a 17 de Abril [localizado em Eldorado dos Carajás], Palmares [localizado em Parauapebas], são assentamentos grandes que compreendem um território maior do que se tu juntar dela [FETAGRI] e do outro [FETRAF], de outras áreas, aí essas coisas sempre acontecem, parece uma disputa mesquinha, mas é a forma como o Estado se relaciona, dialoga com os movimentos e depois coloca um contra o outro e fragmenta a luta, então esse tal do arco da aliança é com quem mais, com quem tu se junta, para que tu vai se juntar e depois se houver conquistas como que a gente divide. (Maria Raimunda César de Sousa, dirigente do MST e professora, 42 anos, 12 jul. 2016)

Muitas dessas ações são assistidas também pela CPT ou são encampadas por ela, especialmente nos momentos de manifestações.

Esse *arco da aliança* busca construir, como indica Cox (1998), uma rede de associações, com vistas a constituir e/ou manter os *espaços de dependência* (locais de importância para a realização de interesses sociais, pois apresentam condições materiais particulares para a realização do bem-

estar social) – por exemplo, os assentamentos rurais – os quais, por estarem inseridos em um conjunto de relações socioespaciais mais extensas e serem objeto de cobiça de diversos agentes, como o agronegócio e a mineração, precisam ser disputados continuamente pelos movimentos sociais. Para esse fim, esses movimentos realizam o “salto de escalas” (SMITH, 2000), para interagir com diferentes centros de poder, manifestos em variadas escalas, e mobilizando outros espaços de dependência e múltiplos sujeitos (jornais, organizações não governamentais, partidos políticos etc.) criando um *espaço de engajamento* (COX, 1998), com o intuito de influenciar, em esferas distintas, as políticas públicas do Estado.

A luta desses movimentos sociais do campo é eminentemente territorial, seja pela necessidade de superação da precariedade a que os camponeses são relegados, seja pela necessidade de outro projeto de desenvolvimento territorial que não se restringe a uma mera redistribuição de terras, pois a reforma agrária é muito mais ampla e complexa, a exemplo da reforma agrária popular proposta pela MST, que possui em seu seio uma proposta original, aberta, multidimensional e multiescalar e os sujeitos atuam em rede para a sua efetivação, bem como se utilizam da política de escalas para ampliarem suas articulações e realizarem suas disputas pelo território.

Conclusões

A literatura sobre a escala cartográfica, escala geográfica e política de escalas é demasiadamente extensa, logo, sabe-se que não se alcançou nesse artigo a totalidade das interpretações sobre a temática, muito embora não fosse objetivo desse trabalho esgotar o assunto e sim se apresentar enquanto um ponto de partida ao debate. Para esse fim, foram utilizados autores que em certa medida sintetizam os principais aspectos da discussão atual em torno da escala, bem como foi realizada uma apropriação das suas contribuições teórico-metodológicas para a compreensão da escala, ou melhor, da política de escalas pelos movimentos sociais, particularmente o MST.

Sendo assim, observa-se que a escala cartográfica se relaciona ao mapa convencional, cuja representação corresponde a uma forma de exercício do poder, isso porque os mapas são sempre carregados de valores, manifestos na seleção dos seus conteúdos, signos e estilos de representação, que implicam em uma maneira de conceber, articular e organizar o mundo com o intuito de influenciar determinados grupos sociais para atingir um dado fim. Nesse sentido, o mapa não apenas localiza e identifica um fenômeno, ao contrário, seus elementos constituem-se em um discurso que busca inferir uma apreciação, avaliação, persuasão e retórica, apresentando uma força política importante, especialmente porque quando o mapa se relaciona à um local, lhe atribui um simbolismo, que apresenta uma intencionalidade, muitas vezes, ligada aos imperativos territoriais de um sistema político. Logo, os mapas são formas de controle espacial e de consolidação do poder estatal (HARLEY, 2009), mas também de outros agentes econômicos e sociais.

Por esse motivo que Lacoste (2001) afirma que a escala de um mapa não se refere tão somente às diferenças *quantitativas* (tamanho do espaço representado), elas são igualmente *qualitativas*, pois um fenômeno só pode ser representado em uma dada escala, correndo risco de ter seu conteúdo alterado em outras escalas. Por isso, “as exigências da prática fazem com que os oficiais saibam bem que não são as mesmas cartas que servem para decidir a estratégia de conjunto e as diversas operações táticas. A estratégia se elabora em escala bem menor que a tática” (p.74-75).

Lacoste (2001), em certa medida, anuncia o debate em torno da escala geográfica, que se refere à natureza da diferença expressa nos mapas, ou seja, almeja retratar o seu conteúdo

conceitual, explicitando melhor as relações de poder, as quais são igualmente trabalhadas, inclusive teoricamente, pela política de escalas.

Em termos de síntese, a política de escalas deve ser compreendida como um produto social, multidimensional, com características zonais e/ou reticulares, que não seguem a hierarquia tradicional (global-local) e são mobilizadas por diversos sujeitos com o intuito de atingirem seus interesses econômicos, políticos e culturais.

Os movimentos sociais, particularmente, dependendo do seu grau de organização, articulam-se em rede e disputam o território, ainda que em condições assimétricas em relação aos agentes hegemônicos do capital, mobilizando uma ou mais escalas.

Referências

- ASSIS, William Santos de. (2007) *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BRENNER, N. (2000) The urban question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International journal of urban and regional research*, v. 24, n. 2, jun. p. 361-378.
- _____. (2001) The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in human geography*, v. 25, n. 4, dez. p. 591-614.
- COELHO NETO, Agripino Souza. (2018) Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. *Geographia (UFF)*, v.19, p.39-53.
- COLLINGE, C. (2006) Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. *Transactions of the IBG*, v. 31, pp. 244–251.
- COX, K. (1998) Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, jan. p. 1-23.
- DU MARSAIS. (1757) *Traité des tropes, pour servir d'introduction à la rhétorique et à la logique*. Leipsic: Veuve Gaspard Fritsch.
- FEAB. *Via Campesina*. (2011). Disponível em: <<https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp%C2%B4s/>>. Acesso em: 07 fev. 2017
- FERNANDES, B. M. (2001) A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. *Anais ...* Santiago de Chile: Universidad de Chile.
- FOUCAULT, M. (1990) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GRANDI, M. S. *A construção escalar da ação no movimento sem-teto*. (2014) Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014
- HARVEY, D. (2004) *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- _____. (1999) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HARLEY, B. (2009) Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 5. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf>. Acesso em: nov. 2018.
- HEROD, Andrew. (2011) *Scale*. New York: Routledge.
- JONES, K. T. (1998) Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, jan. p. 25-28.
- KARRIEM, Abdurazack. (2013) Space, Ecology, and Politics in the Praxis of the Brazilian Landless Movement. In: EKERS, Michael *et alli* (Eds.). *Gramsci: Space, Nature, and Politics*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- LACOSTE, Y. (2001) *A geografia: isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. São Paulo: Papirus.
- MACKINNON, D. (2010) Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 1, jul. p. 21-36.
- MARSON, S.; SMITH, N. (2001) States, scales and households: limits to scale thinking? A response to Brenner. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, dez. p. 615-619.
- MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. (2007) A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? *Terra livre*, Presidente Prudente, ano 23, v. 2, n. 29, ago-dez. p. 133-142.
- MEEK, D. D. (2014) *Movements in education: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement*. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens. Disponível em: <http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek_Movements_in_Education.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- MOORE, A. (2008) Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in human geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225.
- RAFFESTIN, C. (1983) Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, p. 123-135.
- SCHNEIDER Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. (2004) Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In:

- SCHNEIDER, Sergio (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-49.
- SMITH, Neil. (1988) *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2000) Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus. p. 132-175.
- _____. (2002) Geografia, diferencia y políticas de escala. *Terra livre*, São Paulo, ano 18, v. 2, n. 19, jul.-dez., p. 127-146.
- _____. (2004) Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. B. (Eds.). *Scale and geographic inquiry: nature, society and method*. Oxford: Blackwell. p. 192-212.
- SOUZA, Marcelo Lopes. (2013) Redes. In: _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 163-178.